

Garantias de paz

I

As notas sôbre a paz, quasi simultaneas, dos imperios centrais da Europa e de Wilson e a conferencia de Roma por parte dos aliados, marcam, a nosso ver, o termo do primeiro periodo e o comêço, por conseguinte, do segundo, desta tremenda chacina que devasta as populações europeias e perturba a vida de quasi toda a humanidade, criando-lhe um regresso ou, pelo menos, uma paragem do seu progresso.

Qual será o character d'êste segundo periodo, se o delirio guerreiro se atenuará ou se intensificará por meio de novas crueldades e se haverá ainda uma terceira fase ou periodo necessario para lhe pôr cobro, não é do que ora cogitamos, e difficil seria sairmos do campo das hipoteses.

No presente artigo temos em vista chamar a atencção dos leitores, do povo a quem êste periódico se dirige especialmente, para a circumstancia de que ha absoluta e urgente necessidade de se pensar no seu futuro... e na sua *intervenção directa*, no momento em que se tratar da paz.

Têm sido as massas populares as mais sacrificadas na guerra, quer com o seu sangue nos campos de batalha, quer com a fome dos seus lares perante a carestia da vida, — lógico, portanto, se torna, que sejam elas igualmente chamadas a *estudar*, a *analisar*, a *ver as condições* da paz e quais as garantias em que é baseada.

E já que a *razão de estado*, as reservas diplomaticas, a estrategia e a tactica militares lhes têm abafado a livre expansão do seu pensamento e a clara e nitida opinião que cada qual tem o direito de ter e de apresentar, — por meio de rigorosissimas censuras e multiplicidade de leis draconianas, impostas e applicadas rigidamente e com violentas sanções — licito é esperar que á massa popular, ao povo seja permitido dizer de sua justiça, quando se tratar da paz e das suas garantias, com o fim, como dizem os aliados, de evitar a repetição de outra semelhante mons-

truosidade social e que o militarismo alemão *ou á alemã*, se alargue, se crie algures...

Para tal julgamos, porém, indispensavel que *depois da guerra* não continui o regime que tem vigorado *durante a guerra*. Durante a conferencia da paz é forçoso, é indispensavel que o povo fale, que diga livremente, liberriamente, a que aspira e como entende que *devem as coisas ficar*.

Não se deverá calar, estrangular a voz reivindicadora do povo mutilado e chacinado, dos pais sem os seus filhos queridos, das esposas sem os maridos dilectos e dos orfãos abandonados, sob uma nova *razão de estado*, em nome dos *segredos diplomaticos* e dos sagrados principios da defesa da patria, para que *êles*, — os que provêram e lançaram *os outros* na guerra, concertem uma paz, a seu talante, a seu modo e feitiço.

E' preciso que para a paz não haja a mesma omnisciencia e omnipotencia dos homens publicos, dos estadistas, que não só despresam orgulhosamente o senso comum das massas populares, mas até nem querem que elas humildemente exponham o seu sentir.

E', pois, necessario que o povo seja ouvido, é indispensavel que as massas populares digam livremente, sem censuras, sem o menor entrave, o que pensam e *o que exigem* ácerca da Paz e como ela se ha de firmar para que seja uma coisa honesta, sincera e garantida.

II

Para isso, porém, precisa saber o que lhe convém, para isso carece de ter uma consciencia esclarecida, uma visão nitida da gravidade do momento, uma desanuviada orientação, préviamente estudada, discutida e... tomada!

E para que mais tarde os governos não se escudem na ignorancia das multidões para lhes abafar as aspirações, urge que êses, por sua vez, dêem todos os elementos para que o povo possa estudar *todas as fases* da questão.

De contrário, aos povos cumpre *estudar por si*, sem êses esclarecimentos, e tirar as conclusões que mais lhes parecerem verdadeiras e *práticas*...

III

Em todas as notas das chancelarias dos beligerantes temos visto afirmado, desde o inicio desta sanguieira, que uma das garantias duma paz futura duradoira, está na rigorosa e infosismavel applicação do *princípio das nacionalidades*.

Muito bem! Mas que significam estas palavras? Que *factos* é que traduzem?

Estas três palavras tantissimas vezes repetidas devem forçosamente traduzir um facto importantissimo, devem ter alcance fundamental... pelo menos, no affirmá-lo e no lançá-lo ás multidões...

Ao povo ignorante em direito politico, insciente dos costumes da metafisica diplomatica e internacional, como lhe soarão estas palavras, que significado podem ter?

Evidentemente se os politicos as empregam para as atirar á cara dos povos, é que êstes acham nelas algum poder, alguma fôrça de *impressionar bem* as multidões.

Mas *saberão bem*, compreenderão bem o que elas significam?

Que querem dizer as chancelarias com a sua affirmação de se respeitar o principio e o direito das nacionalidades?

Estamos quasi certos que a maioria ficaria perplexa diante desta nossa interrogação.

E não é para admirar.

Se os tratadistas, se aqueles que andam em contacto com as teorias e com a sciencia social não chegaram a um acôrdo, de modo que possamos afirmar, sem discrepâncias, em que consiste o principio das nacionalidades, como é que o povo pode saber o que êle afinal vem a ser?

(*Continúa*).

ADOLFO LIMA.

Coisa rara, estar acima do que se sabe! A erudição por cima, é uma carga; por baixo, é um pedestal. — *Barbey d'Aurevilly*.
